



Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para a revista *Metalurgia & Materiais*, da Associação Brasileira de Metalurgia e Materiais

Publicada na edição de março de 2009

Jornalista: Qual a importância do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a alavancagem da infra-estrutura do País?

Presidente: O PAC é um programa de investimentos em infra-estrutura sem precedentes em nosso país.

Estávamos destinando ao setor, de 2007 a 2010, o montante de R\$ 503,9 bilhões e recentemente ainda fizemos uma correção para cima. Os novos números foram divulgados pela ministra Dilma Roussef em dezembro último: os recursos tiveram um incremento de 26%, chegando agora a nada menos que R\$ 636,3 bilhões. O PAC é um programa estratégico, que mobiliza, estimula e incentiva investimentos públicos e privados com o objetivo de recuperar e ampliar a infraestrutura. Além da grande movimentação da economia propiciada por um volume tão elevado de recursos, o programa ainda significa construir as bases, os alicerces para um desenvolvimento econômico sustentável. O setor esteve abandonado durante décadas, transformando-se num entrave, num verdadeiro gargalo para a economia. Além dos investimentos expressivos em infra-estrutura, o PAC envolve também desonerações tributárias e melhorias institucionais no ambiente empresarial. Um imenso canteiro de obras, que vai da logística de transportes à energia, ao saneamento e habitação, está se espalhando por todas as regiões e por todos os estados da Federação, o que se tornou ainda mais importante frente à atual conjuntura econômica internacional.



Jornalista: Quais os benefícios que a nova política industrial trará para a consolidação do setor produtivo brasileiro?

Presidente: Em maio deste ano, nós fizemos o lançamento da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP – visando dar sustentação a um longo período de investimentos na produção. A ênfase está sendo na inovação, na competitividade, no empreendedorismo e na expansão das exportações. A PDP representa a retomada da capacidade do Estado de coordenar suas ações e seus instrumentos para alavancar o desenvolvimento do país. Nós pretendemos, com a Política de Desenvolvimento Produtivo, consolidar a superação de 25 anos de apatia econômica, período em que a nossa economia ficou patinando, com os empresários deixando de investir e de criar postos de trabalho capazes de dar conta da nossa demanda social. As metas do PDP foram planejadas para ser atingidas até 2010, mas essa nova política deve ser vista como uma ação de longo prazo, que contribuirá para a elevação da competitividade de nossa economia agora e no futuro. A PDP vai além de uma simples política de governo – ela estabelece um compromisso entre o setor público e o privado, entre governo, empresários, cientistas, trabalhadores, enfim, entre todos os segmentos da população brasileira.

Jornalista: Como o senhor avalia o desempenho tecnológico do setor produtivo brasileiro e como melhorá-lo?

Presidente: Temos orgulho de dizer que em diversas áreas o Brasil encontra-se hoje na fronteira tecnológica internacional, em algumas por meio de empresas do setor público e em outras através de empresas privadas. Somos líderes de competitividade na produção de petróleo e gás natural em águas profundas, na produção de etanol, de aviões de médio porte e jatos executivos, no desenvolvimento de software livre e serviços bancários. E somos



competidores internacionais importantes nas áreas do complexo aeronáutico, petroquímico, mineração, siderurgia, celulose e carnes. Mas nós queremos tratar do setor produtivo como um todo e, por essa razão, lançamos programas de alta importância estratégica, como o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação – PACTI – e a Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP –, à qual já nos referimos. Ambos têm como eixo central a inovação para atingir o crescimento econômico de longo prazo e o desenvolvimento sustentável. Todas as áreas do conhecimento estão sendo contempladas, mas o incentivo maior é para as que são consideradas estratégicas para o desenvolvimento. O PACTI é audacioso e requer recursos e participação não apenas do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT –, mas também de outros ministérios, a exemplo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Além disso, estamos envolvendo estados da federação, municípios, setor privado e entidades governamentais como o BNDES e a Petrobrás. O Brasil é um país de economia moderna e diversificada, com todas as condições para alcançar uma posição de maior importância no mercado internacional, no nível dos países ricos. Estamos trabalhando com essa meta.

Jornalista: Qual a contribuição que o senhor espera do setor minero-metalúrgico para manter o crescimento sustentado do País?

Presidente: Os setores da indústria extrativa mineral e de siderurgia já desempenham um papel de relevo no crescimento sustentado do nosso país. A contribuição desses dois setores fica patente pelos elevados volumes de investimentos que foram realizados entre 2004 e 2007. Os recursos investidos pelo setor mineral neste período chegaram a R\$ 47,1 bilhões e pelo setor siderúrgico, a R\$ 19,7 bilhões. Eu estou convencido de que estes setores desempenharão um papel muito importante também daqui para frente, mesmo que venham a fazer um certo reajuste em seus planos de investimentos. De



nossa parte, estamos tomando todas as medidas que julgamos necessárias para amenizar o impacto da crise financeira internacional sobre o Brasil, ajudando, desta maneira, quem quer ajudar o país a crescer.

Jornalista: Como o senhor avalia o impacto sócio-econômico das novas descobertas de petróleo no território nacional?

Presidente: O Brasil passa hoje por um momento extremamente favorável em relação aos rumos da nossa indústria petrolífera. Até há pouco tempo, nosso foco era garantir a auto-suficiência e, com o pré-sal, o Brasil se credencia para fazer parte do clube dos países exportadores. E isso vai impor um importante desafio para o Brasil, que é estabelecer a forma de lidar com essa oportunidade. Nós tomamos a decisão, aliás, já divulgada pela Petrobrás, de não nos tornarmos apenas exportadores de óleo cru – nós vamos processar o produto e exportar com agregação de valor. Atualmente, um grupo interministerial está trabalhando nas definições das regras para a exploração do petróleo de modo a torná-la de fato uma riqueza para o Brasil. A exploração dessa descoberta será uma alavanca para todas as indústrias ligadas ao petróleo, como é o caso da construção de plataformas, embarcações e dutos e também da petroquímica. Em nossa visão, além de ser mais um estímulo para o desenvolvimento industrial, a exploração dessa riqueza deve contribuir de maneira significativa para a redução das desigualdades, para a elevação do patamar de renda do povo brasileiro e para ampliar o acesso do povo à saúde e à educação.

(\$31DHKLP)